

**MARÍLIA DE DIRCEU:
UM PROBLEMA DE EDIÇÃO**

Milton Marques Júnior

Publicado em partes, a partir de 1792, *Marília de Dirceu* talvez seja o poema mais editado na literatura de língua portuguesa, depois de *Os Lusíadas*. A recepção que conheceu, já à época de sua publicação, motivou as várias edições da obra até os nossos dias. Intimamente entranhado ao drama pessoal vivido por Tomás Antônio Gonzaga e Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, o poema viu-se editado das mais variadas formas e, também, em outras línguas, ajudando a criar o mito do amor doloroso, entre Marília e Dirceu, a exemplo de tantos outros, como os de Leandro e Hero, Orfeu e Eurídice, ambos tomados por Gonzaga e referidos no texto das Liras¹. O grande número de edições, no entanto, suscitou vários problemas no texto de Gonzaga, agravado pelo fato de que o poeta não teve o controle das edições.

A primeira parte (Tipografia Nunesiana de Lisboa, 1792) é dada a lume com Tomás Antônio Gonzaga já tendo sido preso e deportado para Moçambique, na África; a edição da segunda parte, em 1799 (Oficina Nunesiana de Lisboa), ainda o encontra no exílio de Moçambique. A terceira parte do poema, considerada verdadeira, só alcançaria a publicação em 1812 (Impressão Régia de Lisboa), após a morte do poeta, o que se dá em 1810. Vê-se por essa breve cronologia que o problema das edições de *Marília de Dirceu* não é de fácil resolução, parecendo-nos longe de estar decidido, tendo em vista que, mesmo depois de surgir a terceira parte autêntica, a considerada apócrifa (Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1800) continuou a ser editada.

Parece-nos indiscutível a recepção obtida pelo poema de Gonzaga, à época de sua publicação. De certo modo, pode-se medir a recepção de *Marília de Dirceu* por dois fatos: a existência de uma terceira parte apócrifa, surgida na esteira do sucesso da obra, e a existência de traduções em francês (1825)², italiano (1844)³, uma outra em alemão de que nos fala J. Norberto de Souza. Sabe-se, ainda por J. Norberto de Souza, que

em 1862 havia em curso uma tradução inglesa, outra espanhola e uma outra em latim⁴. Que obra brasileira foi recebedora de tantas leituras?

O prólogo de uma edição da Tipografia Rollandiana de Lisboa, de 1820, fala-nos da “pronta extração de quase dois mil exemplares da Primeira e Segunda parte destas Liras em menos de seis meses”, o que, segundo seu editor, justificava a publicação da terceira parte... apócrifa.

A terceira parte, considerada apócrifa, é publicada em 1800, em Lisboa, pelo editor Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões. Constituída apenas da terceira parte, com 15 liras e 02 sonetos, faz-se acompanhar de um prólogo, justificando a sua publicação. O editor sabia, com certeza, poder contar com a impossibilidade de Gonzaga controlar a edição, ou se pronunciar a respeito, tendo em vista o exílio e outras obrigações, dentre as quais a de homem casado, que o prendiam em Moçambique.

Só 11 anos depois, a Tipografia Lacerdina de Lisboa lançaria uma nova edição da *Marília de Dirceu*, advertindo sobre a edição de 1800, com o propósito claro de denunciar a impressão de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, além de procurar corrigir o texto de Gonzaga, na busca da melhor forma, após “laboriosas fadigas, e por dilatados tempos”, mendigando “as cópias mais autênticas, e fidedignas, algumas até pela letra do mesmo Autor”. Este trabalho, embora incipiente, é o que mais se aproxima, ainda no século passado, de uma tentativa de edição crítica de Gonzaga, consciente dos problemas vários na edição do poema. Diz o editor que é um trabalho fruto “de um maduro exame” para coligir e substituir “muito mais liras, multiplicidade de versos, e mesmo uma infinidade de palavras trocadas, que vinham nas edições antecedentes”. Quanto à terceira parte falsa, sustenta o editor conhecer — sem mencionar qualquer nome — quem escreveu os poemas, não sendo, pois, da autoria de Gonzaga.

O surgimento, em 1812, da terceira parte do poema, considerada verdadeira, pela Imprensa Régia de Lisboa, também se faz acompanhar de um advertência:

A geral aceitação, que a primeira e a segunda parte da *Marília de Dirceu* tem devido ao público, animou ao seu Editor a dar à luz uma terceira parte da dita obra, a que fez juntar outras diversas rimas do mesmo Autor, que lhe fazem honra, e que abonam assaz a distinta opinião que tem adquirido naquele gênero de poesia. Adverte o Editor, que uma terceira

parte da dita *Marília de Dirceu* há tempos publicada, é obra de outro engenho, o que facilmente conhecerá ainda o leitor menos inteligente.

A publicação dessa terceira parte, bem como o que é explicitado na advertência, só reafirmam a recepção que a obra conheceu. Do mesmo modo que um editor para se aproveitar da impossibilidade de Gonzaga de fiscalizar a sua obra, encomenda a alguém uma terceira parte do poema, outro editor, sob a desculpa de que agora, realmente, trata-se de textos do poeta mineiro, publica o que nós consideramos o espólio de Gonzaga. Espólio porque, mais uma vez, não há como o poeta decidir e determinar sobre o que deve ser publicado. O que se costumou chamar terceira parte de *Marília de Dirceu* nos parece mais um ajuntamento de poemas, sem qualquer unidade, conforme vemos nas duas partes anteriores — a exaltação da beleza de Marília, sempre superior às deusas do Olimpo, capaz de ganhar o famoso Concurso do Monte Ida, sem precisar subornar Páris (primeira parte); os lamentos de Dirceu na prisão, pela perda dos bens, da liberdade e, sobretudo, de Marília, mas sempre com a esperança de ver reparada a injustiça de ter sido acusado de réu de Majestade (segunda parte).

A terceira parte do poema é composta por 8 liras, uma ode, duas canções e 14 sonetos⁵, a sua maioria encomiásticos, que não refletem muito a grandeza dos versos de Gonzaga, nem ajudam na compreensão do que é o poema. Some-se a isto o fato de existirem liras que não passam de esboço, como a Lira V⁶, e teremos o perfil do que representa esta terceira parte. Ao Dirceu poeta-pastor em liberdade, seguiu-se o Dirceu magistrado-poeta-pastor na prisão; mas o Dirceu prisioneiro não foi seguido do Dirceu no exílio, o que seria de se esperar, em caso de uma continuidade. Tudo o que Gonzaga não publicou porque não pôde, não teve tempo, não refez, ou simplesmente relegou a segundo plano, foi juntado em uma “terceira parte” e publicado, provavelmente, pela ganância dos editores, diante do sucesso do poema.

Várias foram as edições da *Marília de Dirceu*, de 1812, quando se publicou a terceira parte verdadeira, até a edição crítica de Rodrigues Lapa, de 1937, da Livraria Sá da Costa, em que se publicam, pela primeira vez, os dois textos, o verdadeiro e o apócrifo. Nem sempre, no entanto, publicou-se o texto conforme a edição verdadeira, de 1812. Nesse mesmo ano e no ano seguinte saem as edições de Manoel Antonio da Silva Serva,

publicando as três partes do poema, sendo a terceira a apócrifa.

O que levaria, por exemplo, em 1817, a Imprensa Régia de Lisboa publicar nova edição apenas da primeira e da segunda parte do poema, fazer uma advertência sobre a parte falsa e não publicar a verdadeira, que ela mesma havia dado a lume em 1812? O que dizer de uma edição de 1819 da Lacerdina de Lisboa, cópia exata da edição de 1811, em que se adverte o público para a terceira parte falsa, à qual foi anexada uma edição da terceira parte apócrifa da Rollandiana de 1820? A considerar a discrepância de opiniões, os volumes foram encadernados posteriormente e quem os encadernou não atentou para o detalhe... Apenas a edição de 1824, de J. F. M. de Campos publicaria as três partes, reproduzindo a edição de 1812.

Caso singular é o da edição de Joaquim Norberto de Souza e Silva, já citada anteriormente. Publicada em 1862, em dois tomos, a edição faz-se acompanhar de uma introdução, que abre com um “Advertência”, em que o organizador fala da reimpressão das liras, a partir do confronto com várias edições, preocupado que estava “em fazer desaparecer os erros que as afeiam e até, indesculpável vergonha! os versos estropeados (sic) e inarmônicos com que a incúria e o desleixo conspurcaram a obra imortal do poeta popular dos Brasileiros” (5-6).

Em seguida, como item 2 da Introdução, vêm As “Reflexões sobre as diversas edições” (7-18). O crítico dá conta das dificuldades de se encontrarem as edições de um dos poetas mais lidos da língua portuguesa. A primeira edição para ele é a de Thomaz Aquino de Bulhões, de 1800 (não fala nas de 1792 e 1799 da Nunesiana). O crítico analisa a disposição dos versos e das liras nas várias edições e reimprime a terceira, com o intuito de contribuir para a discussão sobre a falsidade dessas liras. Estudando a terceira parte, J. Norberto de Souza Silva faz referência ao que ele julga não ser do estilo de Gonzaga — as rimas esdrúxulas, não encontradas em nenhum verso das duas partes anteriores, o que o faz pensar que ou os versos não são de Gonzaga ou são produções anteriores. Depois o estilo torna-se “pesado e prolixo na terceira parte; a dicção pobre, afetada; e o hipérbato, que de maravilha nota-se nas suas poesias, figura-se nas supostas liras torcendo o sentido natural das frases” (12).

O curioso é que J. Norberto de Souza Silva não reproduz a edição de 1812 e sim a de 1800, além de uma curiosa e misteriosa edição do poema *Dirceu de Marília*, em duas partes, que, sem dizer a partir de que fontes,

atribui a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, numa possível respostas às Liras de Gonzaga.

A nosso ver, mesmo com a recente edição crítica de *Marília de Dirceu*,⁷ preparada por Melânia Silva de Aguiar, o poema merece que se conte a história de suas edições, procurando esclarecer o porquê de tantos problemas, o que só a pesquisa aprofundada poderá fazer. Atualmente, com o sistema de editoração de que dispomos, nada impede que o texto de Gonzaga, estabelecido pela pesquisadora seja desrespeitado por imposições do mercado editorial, e mais alguns retrocessos se verifiquem.

Notas

1. Ver Lira XIII, parte I.

2. GONZAGA, Tomás Antônio. *Marilie* (chants éleígiaques de Gonzaga); traduits du portugais par E. de Monglave et P. Chalas. Paris: C. L. F. Panckoucke, éditeur, 1825.

Trata-se de uma edição minúscula, traduzindo em prosa as partes I e II, acompanhada de uma notícia sobre a língua portuguesa e a criação da Literatura Portuguesa, sua história, até chegar a Gonzaga e sua biografia, o seu envolvimento com a inconfidência mineira, o amor de Marília, a prisão, o exílio, e o poema. A notícia alude à erudição de Gonzaga e às suas imitações de Vergílio, Anacreonte, Horácio, etc. Reconhece a grandeza do poeta mineiro e alude à apócrifa da terceira parte. Os tradutores dizem ainda que viajaram a Villa Rica, onde, com emoção ouviram os ecos suspirando tristemente o nome de Marília, o que só atesta a grande recepção da obra.

3. GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília di Dirceo* (Lire di Tommaso Antonio Gonzaga, brasiliano); tradotte dal portoghese da Giovenale Vegezzi-Ruscalla. Torino: Stamperia Sociale Degli Artisti, 1844. Edição que traduz as duas primeiras partes do poema, contando ainda com uma breve introdução aos leitores sobre a importância de Gonzaga e suas líras pertencentes a uma literatura irmanada pelo parentesco do idioma e que, no gênero pastoral e bucólico, sobrepua tudo o que existe na Europa:

Mi mosse, lo ripeto, desiderio di contribuire a stringere relazioni letterarie con un membro di quella famiglia latina a cui noi apparteniano e ch'è vergogna che ci sia sconosciuto; mi mosse l'amore che porto ad una letteratúra che nel genere pastorale e buccolico sovrerà su tutte le altre dell'Europa (XI).

A edição conta, ainda, com uma breve notícia biográfica e crítica a respeito de Marília e de Gonzaga (XIII-XVIII). Há alguns erros no concernente à biografia, dando, por exemplo, a morte de Gonzaga por volta de 1760 (XV), quando o poeta morreu em 1810. Alude à imitação patente de Anacreonte, Horácio e Tibulo, e também à 3a. parte apócrifa.

4. GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu* (Liras de Thomaz Antonio Gonzaga, precedidas de uma notícia biográfica e do juízo crítico dos autores estrangeiros e nacionais e das líras escritas em resposta às sua acompanhadas de documentos históricos por J. Norberto de Souza Silva). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862 (tomo I).

Edição de extrema importância, vez que traz depoimentos críticos sobre Gonzaga de Ferdinand Denis, Almeida Garrett, Januário da Cunha Barbosa, Domingos José Gonçalves de Magalhães, A. F. Dutra e Mello, Pereira da Silva. Joaquim Norberto de Souza Silva dá notícias das traduções francesas e italianas, já referidas neste trabalho, além da tradução para o alemão, feita por Iffland (58). Alude, de passagem a traduções para o espanhol e o inglês, porém, ainda não publicadas (58). O volume também publica a tradução para o latim da Lira I da primeira parte, feita por Antônio de Castro Lopes.

Sobre a tradução para o latim, o Dr. Antônio de Castro Lopes a publica em 1868, como edição escolar, surgindo em 1887 uma segunda edição — Musa Latina. *Amaryllidos Dircae* aliquot selecta lyrice Latinum Sermonem Translati ad usum scholarum Brasiliensium accommodata. Editio correctissima mendisques purgatissima, notis opportune adhibitis. Potamopoli Ex typis Quirini & Fratis, MDCCCLXVIII (1868).

5. A edição comemorativa do bicentenário da *Marília de Dirceu*, preparada por Melânia Silva de Aguiar, apresenta 08 líras, 02 odes, 02 canções e 16 sonetos, 3 composições a mais do que as referidas neste trabalho. Diante das novas pesquisas de Melânia Silva de Aguiar, com a intenção de estabelecer o texto crítico dos poemas de Cláudio Manuel da Costa, a pesquisadora descobriu, em Códices não impressos da Biblioteca Nacional de Lisboa, que dois dos sonetos e uma das odes, antes atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga, são na realidade de Cláudio. São eles o soneto “As moles asas a bater começa”, datado de 1868, o soneto “Sombras ilustres de varões famosos” e a ode “Já vou tocando, ó Lício”, que não deverão mais aparecer na edição da *Marília de Dirceu*. Isto demonstra a necessidade constante da pesquisa e a importância do estabelecimento do texto crítico dos nossos escritores, tendo a consciência de que a edição crítica é um processo, e como todo processo, sujeito a modificações suscitadas pelas novas descobertas.

6. A Lira V da terceira parte é nitidamente anterior à Lira I da primeira parte. Alguns estudiosos querem ver na Lira V um poema que Gonzaga teria feito para uma outra namorada. Nós preferimos vê-la como um exercício poético, um esboço, que alcançaria a sua forma definitiva na Lira I da primeira parte:

Eu não sou, minha Nise, pegureiro,
Que viva de guardar alheio gado:
Nem sou pastor grosseiro,
Dos frios gelos e do Sol queimado,
Que veste as pardas lãs do seu cordeiro,
Graças, Ó Nise bela,
Graças à minha Estrela!
(Lira V, parte III)

Eu, Marília, não sou algum vaqueiro,
Que viva de guardar alheio gado,
De tosco trato, de expressões grosseiro,
Dos frios gelos e dos sóis queimado.
Tenho próprio casal e nele assisto;
Dá-me vinho, legume, fruta, azeite;
Das brancas ovelhinhas tiro o leite,
E mais as finas lãs, de que me visto.
Graças, Marília bela,
Graças à minha Estrela!
(Lira I, parte I)

(GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Prefácio e notas, estabelecimento do texto, cronologia da vida e da obra por Melânia Silva de Aguiar. Edição crítica do Bicentenário (1792-1992), Rio de Janeiro: Garnier, 1992.)

7. GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Prefácio e notas, estabelecimento do texto, cronologia da vida e da obra por Melânia Silva de Aguiar. Edição crítica do Bicentenário (1792-1992), Rio de Janeiro: Garnier, 1992.